

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

Leilão Exclusivamente Eletrônico (www.kronleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS DE CURITIBA-PARANÁ, **DR. LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM**, nomeando o leiloeiro público **HELICIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO**, os bens/lotos adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma www.kronleiloes.com.br. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 15/09/2026 Segundo Leilão: 21/09/2026, ambos as 09h05min (horário de Brasília).** **VENDA DIRETA**: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (*sessenta*) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%**. **LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação (*art. 891, §único do CPC*). **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante (*à vista ou parcelado*). **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: Nas arrematações em valor igual ou inferior a R\$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA**: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (*três*) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (*art. 903, §1º, III do CPC*), sendo o lote novamente levado à leilão (*do qual o arrematante ficará impedido de participar*), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. **b) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO**: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 (*três*) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: **a) 30 parcelas na arrematação de bens imóveis. b) 12 (doze) parcelas na arrematação de bens móveis**, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R\$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (*trinta*) dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente (*pro-rata die*), pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para “pagamento em continuidade”, indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos

autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (*considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida*), podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante (*podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado*), incidindo, sobre o valor devido (*soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas*), multa de 10% (*dez por cento*), sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s)**, ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado (*taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros*). **Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel (quando previsto neste edital)**, poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS:** Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (*e cônjuge, se houver*); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (*e nas mesmas condições de pagamento*) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (*quando não comparecerem interessados na arrematação do bem*), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE:** Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. **TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO:** Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (*independente de exibir ou não o preço*). Na hipótese de acordo,

remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R\$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (*se houver*). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (*no todo ou em parte*), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem.** Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (*a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras*) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. **Em relação a eventuais créditos tributários,** será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. **Em relação a eventuais créditos condominiais,** será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo,** ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo

de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário.

TRANSMISSÃO ON LINE: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do site www.kronleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato.

LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site www.kronleiloes.com.br.

Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital.

CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (*art. 893 do CPC*). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus*, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (*inclusive de funcionamento*). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento.

Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.

INFORMAÇÕES: Com

o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronleiloes.com.br. **Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio.** Maiores detalhes, inclusive fotos dos bens, podem ser consultados no laudo de avaliação juntado no processo, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro, não podendo ser alegado desconhecimento. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro e/ou no material publicitário devem ser consideradas meramente ilustrativas, podendo haver diferenças entre a atual condição do bem e a condição constante nas fotos, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (*cinco*) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** ESTADO DO PARANÁ, GERSON LUIZ DECHANDT, CORTEZ & MASSAMBANI LTDA, ROSA MASSAMBANI CORTEZ, VAGNER ROGÉRIO CORTEZ, OCUPANTE DO IMÓVEL.

EXECUÇÃO FISCAL – 0001729-76.2013.8.16.0069 **Requerente:** ESTADO DO PARANÁ **Requerido:** CORTEZ & MASSAMBANI LTDA, ROSA MASSAMBANI CORTEZ, VAGNER ROGÉRIO CORTEZ **Bem (lote 01)** Imóvel: Data nº 01-A-1 (Subdivisão da data nº 01-A) da Quadra nº 03, do Loteamento "JARDIM BEIJA FLOR", situado no perímetro urbano da cidade de Japurá, desta Comarca de Cianorte, com área de 268,25 metros quadrados.-DIVISAS E METRAGENS: "Com a Rua Pedro Cortez no rumo SO 4°43' a distância de 14,50 metros, com parte da data nº 1-B no rumo SE 85°17' numa distância de 18,50 metros, com a data nº 01-A-R no rumo SO 4°43' numa distância de 14,50 metros, e finalmente, com parte da data nº 01-R no rumo NO 85°17' a distância de 18,50 metros" Com as demais características constantes na Matrícula nº 26.573 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Cianorte/PR. Benfeitorias: Existe edificado no terreno uma benfeitoria em alvenaria com dois pavimentos, sendo o pavimento inferior com 228,00 m² e o pavimento superior com 78,00m² para uso industrial, obra concluída em 2009 em regular estado de conservação. Localizado à Rua Pedro Cortez, 54 – Jardim Beija Flor, Japurá/PR. O imóvel encontra-se ocupado. **Recursos Pendentes:** Não Há., **Ônus:** Há débitos de IPTU. **Penhoras/Arresto/Indisponibilidade:** AV- 01-26.573 – Existência de Ação distribuído sob nº 470 (0001839-80.2010.8.16.0069), em trâmite na 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-03-26.573 – Penhora – Autos nº 01839/2010 (0001839-80.2010.8.16.0069) – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-04-26.573 – Penhora – Autos nº 000199/2009 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; AV-05-26.573 – Existência de Ação autos nº 0000581-64.2012.8.16.0069 em trâmite na 1ª Vara de Competência Delegada de Cianorte/PR; R-06-26.573 – Penhora – 0005513-66.2010.8.16.0069 - Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-08-26.573 – Penhora – 0005405-03.2011.8.16.0069 – Vara Cível de Cianorte-PR; R 09-26.573 – Penhora– Autos nº 0001118-31.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-10-26.573 –Autos nº 5012655-87.2012.4.04.7003 - 2ª Vara Federal de Maringá-PR; R-11-26.573 – Penhora– Autos nº 0001729-76.2013.8.16.0069 Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV- 12-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0000984-49.2013. 5..04.0015 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre; AV- 13-26.573 –

Indisponibilidade – Autos nº 0001729-76.2013.8.16.0069 Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV-14-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0005898-14.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-15-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0010253-97.2008.8.16.0017 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais, AV-16-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 201274000993 (0001030-51.2012.8.25.0043) – Vara Única de Marum/SE; AV-17-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0007558-43.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-18-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0005898-14.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-19-26.573 – Penhora – Autos 0010883-16.2016.8.16.0069 – 2ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-20-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0008234-83.2013.8.16.0069; AV-22-26.573 – Indisponibilidade – Autos nº 0000811-43.2011.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; **VALOR DA DÍVIDA R\$ 148.098,12** em 10 de março de 2023, **VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 462.000,00** em 04 de julho de 2023. **VALOR ATUALIZADO DE AVALIAÇÃO 502.456,09** em 03 de junho de 2025 **Valor do bem em segundo leilão:** R\$ 251.228,05.

EXECUÇÃO FISCAL – 0001729-76.2013.8.16.0069 **Requerente:** ESTADO DO PARANÁ **Requerido:** CORTEZ & MASSAMBANI LTDA, ROSA MASSAMBINI CORTEZ, VAGNER ROGÉRIO CORTEZ **Bem (lote 02)** IMÓVEL: Data nºs 01-C e 01-D da Quadra nº 03, do Loteamento "JARDIM BEIJA FLOR", situado no perímetro urbano da cidade de Japura, desta Comarca de Cianorte, com área de 889,90 metros quadrados. DIVISAS E METRAGENS:- "Com a Rua Pedro Cortez no rumo SO 4°43' a distância de 30,19 metros, com a data nº 1-8 no rumo SE 85°17' numa distância de 23,00 metros e no rumo SO 4° 43' numa distância de 14,00 metros, com parte da data nº 01-A no rumo SE 85° 17' a distância de 14,00 metros, com a Rua Otília Mantal George no rumo NE 4° 43' numa distância de 22,00 metros, com a data nº 01-E no rumo NO 85° 17' numa distância de 14,00 metros e no rumo NE 4°43' numa distância de 12,41 metros e, finalmente, com o lote nº 318-A e 318-C-2 no rumo NO 62°19' numa distância de 25,47 metros" Com as demais características constantes na Matrícula nº 26.572 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Cianorte/PR. Benfeitorias: existem edificados 2 benfeitorias no terreno, I) Construção em alvenaria de 1 pavimento, tipo galpão, com área de 260,00m², idade de 23 anos e em regular estado de conservação; II) Construção em alvenaria de 1 pavimento, tipo galpão, com área de 536,50m², idade de 22 anos e em regular estado de conservação. Localizados à Rua Pedro Cortez, 90 – Jardim Beija Flor – Japurá/PR. O imóvel encontra-se ocupado. **Recursos Pendentes:** Não Há., **Ônus:** Há débitos de IPTU. **Penhoras/Arresto/Indisponibilidade:** AV- 01-26.572 – Existência de Ação distribuído sob nº 470 (0001839-80.2010.8.16.0069) em trâmite na 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-03-26.572 – Penhora – Autos nº 01839/2010 (0001839-80.2010.8.16.0069) – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-04-26.572 – Penhora – Autos nº 630/2006 (0004533-61.2006.8.16.0069) – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-05-26.572 – Penhora – Autos nº 33/2009 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-06-26.572 – Penhora – Autos nº 31/2008 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-07-26.572 – Penhora – Autos nº 685/2008 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-08- 6.572 – Penhora – Autos nº 00085/2008 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-26.572 – Penhora – Autos nº 000199/2009 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR. AV-10-26.572 – Existência de Ação autos nº 0000581-64.2012.8.16.0069 em trâmite na 1ª Vara de Competência Delegada de Cianorte/PR; R-11-26.572 – Penhora – Autos nº 70/2008 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-12-26.572 – Penhora – Autos nº 192/2007 (0004687-45.2007.8.16.0069) – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-13-26.572 – Penhora – Autos

nº 164/2009 (0005354-60.2009.8.16.0069) – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-14-26.572 – Penhora – Autos nº 0002784-67.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-15-26.572 – Penhora – Autos nº 0001645-80.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-16-26.572 – Penhora – Autos nº 0000208-04.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-17-26.572 – Penhora – Autos nº 0008354-34.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-18-26.572 – Penhora – Autos nº 0008355-19.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-19-26.572 – Penhora – Autos nº 0001645-80.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-20-26.572 – Penhora – Autos nº 00084/2008 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-21-26.572 – Penhora – Autos nº 0005235-65.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-22-26.572 – Penhora – Autos nº 000006/2018 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; R-23-26.572 – Penhora – Autos nº 0001118-31.2010.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV-24-26.572 – Penhora – Autos nº 00012/2009 – 1ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte; R-25-26.572 – Penhora – Autos nº 0006431-02.2012.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-26-26.572 – Penhora – Autos nº 5012655-87.2012.4.04.7003 – 2ª Vara Federal de Maringá-PR; R-27-26.572 – Penhora – Autos nº 0009906-63.2012.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; R-28-26.572 – Penhora – Autos nº 0000811-43.2011.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; R-29-26.572 – Penhora – Autos nº 0007429-67.2012.8.16.0069 – 2ª Vara de Competência Delegada de Cianorte-PR; R-30-26.572 – Penhora – Autos nº 0001729-76.2013.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV-31-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0000984-49.2013.5.04.0015 – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre; AV-32-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0001729-76.2013.8.16.0069 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV-33-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0005898-14.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-34-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0010253-97.2008.8.16.0017 – Núcleo de Justiça 4.0 – Executivos Fiscais Estaduais; AV-35-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 201274000993 (0001030-51.2012.8.25.0043) – Vara Única de Marum/SE; AV-36-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0007558-43.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-37-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0005898-14.2010.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR; AV-38-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0008234-83.2013.8.16.0069 – 2ª Vara da Fazenda Pública de Cianorte-PR; AV-40-26.572 – Indisponibilidade – Autos nº 0000811-43.2011.8.16.0069 – 1ª Vara Cível de Cianorte-PR. **VALOR DA DÍVIDA R\$ 148.098,12** em 10 de março de 2023, **VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 1.118.000,00** em 04 de julho de 2023. **VALOR ATUALIZADO DE AVALIAÇÃO 1.215.900,25** em 03 de junho de 2025 **Valor do bem em segundo leilão: R\$ 607.950,13.**

Curitiba, 31 de agosto de 2026.

LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito